



CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO SAD/MT 2009
EDITAL Nº 005/2009 - SAD/MT, DE 27 DE JULHO DE 2009

CADERNO DE PROVA

AUDITOR DO ESTADO ADMINISTRADOR - ADVOGADO - CONTADOR - ECONOMISTA

Data da Prova: 21 de Março de 2010

CANDIDATO

PROVA
580

A

INSTRUÇÕES

- I. Este caderno contém 80 (oitenta) questões objetivas.
- II. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal a substituição do caderno de prova.
- III. Para questão da Prova Objetiva há apenas uma alternativa correta. No cartão de respostas assinale somente uma letra como resposta, pintando completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, seguindo o exemplo: A B C D E
- IV. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para marcar a resposta, no cartão de respostas.
- V. O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição do cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá deixar a sala após 2 (duas) horas do início das provas.
- VII. O candidato somente poderá levar este caderno, 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.

FATORES QUE ANULAM UMA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA

- a. Questão sem marcar;
- b. Questão com rabisco, rasuras ou manchas;
- c. Questão com mais de uma opção assinalada.

Boa Prova!



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na revista *Língua Portuguesa* nº 42, de abril de 2009, o cronista português João Pereira Coutinho emite sua opinião sobre o novo acordo ortográfico celebrado pelos países lusófonos. Leia-a.

“Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra. Começo por ser contra com a força das minhas entranhas: sou incapaz de aceitar que uma dúzia de sábios se considere dona de uma língua falada por milhões. Ninguém é dono da língua. Ninguém a pode transformar por capricho. Por capricho, vírgula: por mentalidade concentracionária, em busca de uma unidade que, para além de impossível, seria sinistra. A língua é produto de uma história; e não foram apenas Portugal e Brasil que tiveram a sua história, apresentando variações fonéticas, léxicas ou sintáticas; a África, Macau, Timor e Goa, que os sábios do Acordo ignoraram nas suas maquinações racionalistas, também têm direito a usar e a abusar da língua.”

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A insistente repetição da palavra “contra” foi um recurso de linguagem usado pelo entrevistado para enfatizar sua posição adversa em relação ao Acordo.
- O termo “visceralmente” e a expressão “com a força das minhas entranhas” apresentam afinidade de sentidos.
- “uma dúzia de sábios” refere-se expressamente a doze intelectuais responsáveis pela instituição do Acordo.
- O cronista afirma ser a língua um bem de domínio público, que não deve sofrer intervenção estatal.
- A expressão “Por capricho, vírgula” introduz uma autorretificação do pensamento.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a evolução sequencial e previsível dos fatos está prejudicada.

- O Governo apresentou a proposta, ela foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente.
- A economia mundial foi abalada por uma grande crise, a população ficou apreensiva, mas os países já retomam seu crescimento.

- As grandes nações reduziram a emissão de CO₂, o planeta se superaqueceu e, agora, buscam-se medidas para reter a degradação ambiental.
- Ocorreu o acidente, a família requereu o seguro DPVAT e, com a indenização, cobriu as despesas hospitalares.
- O presidente da Nicarágua foi deposto, o governo foi assumido por um presidente interino e o país entrou em crise interna, com reflexos mundiais.

QUESTÃO 03

“Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

(Inciso VIII do Art. 5º da Constituição Federal Brasileira)

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “salvo” introduz restrições a eventuais desvios no exercício das liberdades religiosa, política e filosófica.
- O verbo “invocar” tem sentido de presumir.
- A expressão “a todos imposta” afirma o caráter coercitivo da lei.
- O texto prevê a possibilidade de se proporem opções, desde que legais, ao cumprimento de deveres por parte dos cidadãos.
- O pronome “as”, em “salvo se as invocar”, refere-se às crenças e convicções.

QUESTÃO 04

Considerando as flexões verbais nos enunciados e considerando a formalidade da língua, assinale a alternativa **correta**.

- A Polícia Federal não entrevistou no caso da guerrilha urbana, porque entendeu não ser de sua competência.
- Se este verão trazer mais chuvas, teremos novas enchentes Brasil afora.
- Em qualquer ramo da atividade humana, sempre houveram bons e maus profissionais.
- Especialistas recomendam que respeitemos a natureza se não quisermos legar desastres irreparáveis a nossos filhos.
- A adoção de políticas mais severas em Nova Iorque reteu a onda de crimes que assolava a cidade.

QUESTÃO 05

A redundância consiste no uso de palavras que expressam a mesma ideia de forma excessiva. Assinale a alternativa em que ocorre esse fenômeno.

- O cientista falou, em vídeo, sobre o aumento de casos de câncer no Brasil e no mundo.
- Considero que a queda do muro de Berlim e o atentado contra o World Trade Center sejam os acontecimentos mais importantes da história recente.
- A formação de cartéis e o monopólio exclusivo no comércio de bens de consumo são práticas prejudiciais aos consumidores.
- Em várias cidades brasileiras, a população saiu às ruas para protestar contra a corrupção política.
- Nem sempre se identifica a doença num primeiro exame clínico.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo foi usado em conformidade com a língua padrão.

- Nunca lhe disse antes, mas gosto muito de você.
- Agradecemos por você ter feito-nos este grande favor.
- Não fosse a exiguidade do espaço, a cerimônia de formatura poderia-se realizar no salão nobre.
- Te prepara, meu filho, porque a viagem será longa e cansativa.
- Os fortes não abatem-se com as derrotas.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO**QUESTÃO 07**

Assinale a questão abaixo que **não** corresponde à história do período colonial mato-grossense.

- A Rusga foi um conflito político que envolveu as facções dos Liberais e dos Caramurus, usando o povo para que realizassem motins e rebeliões.
- O conflito entre o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e os Irmãos Leme.
- O Rio Jauru, por ocasião do Tratado de Madri, foi considerado um marco geográfico muito importante, o que fez com que a Coroa Portuguesa, em 1754, mandasse despachar, de Portugal, grandes blocos de pedra esculpidos em forma piramidal com inscrições que declaravam que aquelas terras eram de

domínio português.

- O rei de Portugal, considerando o pedido do governador, autorizou que fossem montadas bandeiras e expedições para exterminar os índios Paiaguá.
- Uma construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Real Príncipe de Beira, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois a posição geopolítica dessa fortificação era estratégica.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa **correta** sobre a história econômica de Mato Grosso, do Império à República.

- A extração da erva-mate foi pouco expressiva na região de Mato Grosso, não configurando presença nos rumos da economia da província mato-grossense.
- A poaia, conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, foi raiz de exportação apenas até a primeira metade do século XIX, pouco contribuindo com a economia da província.
- Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado látex de excelente qualidade, muito procurado pelos europeus. Grandes casas comerciais regionais a comercializam, exportando a produção diretamente aos mercados platinos e europeus.
- O pioneiro na implantação de usinas de açúcar em Mato Grosso foi Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, famoso proprietário da Usina Itaici. Porém, com a falta de recurso e tecnologia esta usina teve um caráter efêmero.
- A pecuária, em Mato Grosso, foi historicamente uma atividade pouco exercida pela necessidade de grande número de mão-de-obra. Inicialmente o gado era utilizado no abastecimento da região mineradora, depois surgiram algumas charqueadas ao longo do Rio Cuiabá e Paraguai, mas, com pouca expressão econômica.

QUESTÃO 09

“O Coronelismo pode ser definido como o poder exercido pelos homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciadas, durante o Império, com patentes da Guarda Nacional correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém, eram coronéis

civis, da Guarda Nacional” (SIQUEIRA, 2002, p.157).

Foram ações ou movimentos coronelistas no período republicano em Mato Grosso, **exceto**:

- a deposição de Magessi.
- o massacre da Baía do Garcez.
- o assassinato de Totó Paes.
- a Caetanada.
- o conflito entre José Morbeck e Carvalhinho.

QUESTÃO 10

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças no meio rural e urbano, em busca da modernização.

Sobre essas mudanças, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Implantação dos grandes eixos rodoviários e o aumento da urbanização.
- () Expansão agropecuária e a mecanização agrícola.
- () Desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, e desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- () Avanços do setor de serviços e de informática.

Assinale a seqüência **correta**.

- F, V, V, V.
- V, V, V, V.
- F, V, F, V.
- V, V, F, F.
- F, F, F, V.

QUESTÃO 11

As afirmativas sobre a hidrografia mato-grossense estão corretas, **exceto**:

- a maior parte dos rios mato-grossenses encontra-se em área de clima tropical semi-úmido, com estação seca muito pronunciada e, portanto, com grande oscilação da vazão fluvial.
- o principal divisor de águas, em Mato Grosso, é o Planalto dos Parecis.
- está localizado, em Mato Grosso, o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná, com grande número de cabeceiras de rios que são impróprios para o transporte fluvial de cargas.
- em Mato Grosso, os rios pertencentes à bacia Amazônica drenam 2/3 do seu território. Esses rios percorrem superfícies de Planaltos e Chapadas dos Parecis, Planaltos e Serras Residuais e Depressões, as duas últimas do Norte de

Mato Grosso, apresentando em seus cursos cachoeiras e corredeiras.

- possui grandes lagos e lagoas de erosão fluvial e de barragem, notadamente no Pantanal.

QUESTÃO 12

Os principais países importadores dos produtos produzidos no Estado de Mato Grosso integram o bloco econômico denominado de:

- Mercosul.
- Caricon.
- Pacto Andino.
- Apec.
- União Européia.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 13

Com base na Lei Complementar nº 266, de 29/12/2006, considera-se cargo de assessoramento, um conjunto de atribuições que:

- corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo Estadual.
- implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas.
- implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas.
- concerne a um ou mais assuntos complementares cometidos a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento.
- corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental.

QUESTÃO 14

Segundo a LC 266/2006, são direitos dos servidores exclusivamente comissionados, **exceto**:

- gratificação natalina correspondente a 01(um) subsídio mensal integral.
- contribuição referente à cota parte do empregador ao INSS.
- licença médica, atestada pela unidade de perícia médica do INSS, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias.

- d. 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a cada período de 12 (doze) meses efetivamente trabalhados.
- e. adicional de 1/3 (um terço) de férias.

QUESTÃO 15

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso tem as seguintes competências, **exceto**:

- a. empossar novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, nomeados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- b. suspender o direito de o policial civil portar arma de fogo, por conveniência disciplinar, ou recomendação médica ou solicitação da Gerência de Armas *ad referendum*, do Conselho Superior da Polícia Judiciária Civil.
- c. avocar, excepcional e fundamentadamente, Inquérito Policial e outros procedimentos de Polícia Judiciária Civil, para redistribuição.
- d. gerir as atividades referentes à administração de pessoal, material, orçamento, finanças e serviços gerais.
- e. determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 16

Sobre o estágio probatório, previsto para a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será exonerado por ato do Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso ou por Ato Governamental o policial civil em estágio probatório que não preencher os requisitos estabelecidos em lei específica para o estágio probatório.
- b. Esgotado o prazo de defesa e produzidas as provas requeridas, a comissão decidirá, mediante voto e pela maioria simples de seus membros presentes, sobre a conveniência ou não da permanência do policial civil no serviço público.
- c. O policial civil em estágio probatório, exceto por ato presidencial, não poderá ser colocado à disposição de outros órgãos, instituições ou poderes, do Estado ou de Unidades da Federação, nem exercer cargo ou função de confiança.
- d. O período de estágio probatório em cargo policial civil é considerado de efetivo exercício para todos os fins.

- e. Até o vigésimo dia, antes de encerrar o prazo de estágio probatório, deverá a comissão emitir parecer conclusivo e fundamentado sobre a permanência ou demissão do policial civil.

QUESTÃO 17

Em relação à Lei Complementar nº 112/2002, que instituiu o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Concluídas as diligências promovidas pela Comissão de Ética, o servidor público será oficiado para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b. É vedado ao servidor público, o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- d. Toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- e. O servidor público será oficiado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em razão do processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste código, instaurado pela Comissão de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

QUESTÃO 18

Na organização básica dos órgãos da Administração Direta do Estado de Mato Grosso, o Nível de Gerência Superior será:

- a. representado pela coordenação e execução de atividades em determinados pólos regionais a serem definidos por decreto.
- b. exercido pelos subsecretários, com funções relativas à implantação e controle de programas e projetos, bem como atividades de gerência necessárias ao desempenho da Pasta.

- c. representado pelos Conselhos ou assemelhados com respectivas funções regimentais.
- d. representado pelos Secretários de Estado, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas.
- e. relativo ao apoio especializado aos titulares dos órgãos.

QUESTÃO 19

No tocante a Lei Complementar nº 14, 16/01/1992, qual Autarquia não é vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda?

- a. Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB/MT.
- b. Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso – IPEMAT.
- c. Banco do Estado de Mato Grosso S.A – BEMAT.
- d. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso – IOMAT.
- e. Loteria do Estado de Mato Grosso – LEMAT.

QUESTÃO 20

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.
- b. Por falta de regulamentação de lei complementar, o servidor público estatutário não faz jus ao benefício Aposentadoria Especial.
- c. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, e no exercício pleno de seus direitos civis.
- d. A lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos e particulares, conforme previsão da Magna Carta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Analise as alternativas e assinale a **incorreta**.

- a. Valor depreciável, amortizável e exaurível é o valor original de um ativo deduzido do

seu valor contábil.

- b. Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.
- c. Vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.
- d. Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo fixo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.
- e. Valor contábil bruto é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

QUESTÃO 22

O sistema de _____ da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos _____ e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do(a) _____.

Qual alternativa preenche as lacunas **corretamente**?

- a. comunicação e informação – devidos procedimentos – auditoria interna.
- b. informação – devidos procedimentos – auditoria independente.
- c. auditoria interna – procedimentos estabelecidos – controle interno.
- d. informação e comunicação – procedimentos estabelecidos – controle interno.
- e. comunicação – devidos procedimentos – controle interno.

QUESTÃO 23

Na fiscalização dos atos e contratos da Administração Pública, comprovada a ocorrência de fraude à licitação, o Tribunal de Contas do Estado declarará o licitante fraudador inidôneo.

Qual o prazo em que o fraudador inidôneo fica impedido de participar de licitações junto à Administração Pública?

- a. 3 (três) anos.
- b. 2 (dois) anos.
- c. 4 (quatro) anos.
- d. 8 (oito) anos.
- e. 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 24

O Tribunal de Contas do Estado, em todo e qualquer processo de sua competência em que constatar irregularidades, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, cumulativamente, sanções e medidas.

Qual a sanção ou medida que o TCE **não** aplica?

- a. Medidas cautelares.
- b. Multa.
- c. Penalidade ética.
- d. Restituição de valores e impedimento para obtenção de certidão liberatória.
- e. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, quando se configurar crime de improbidade administrativa.

QUESTÃO 25

Como regra geral, o controle interno tem quatro objetivos básicos.

- I. A salvaguarda dos interesses da empresa.
- II. A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.
- III. O estímulo à eficiência operacional.
- IV. A aderência às políticas existentes.

Entre os aspectos implementados pela administração, que visam a reforçar os controles internos para produzir os efeitos desejados, qual aspecto **não** está incluído?

- a. Avaliar os programas de treinamento para assegurar a inclusão de temas que eduquem sobre o valor da disciplina do controle interno.
- b. Analisar a pressão exercida para crescimento e seus benefícios.
- c. Inquirir todo o pessoal sobre os atos da auditoria interna.
- d. Disciplinar a obediência às políticas.
- e. Recompensar pessoas que buscam controles prevenindo ocorrências de perdas.

QUESTÃO 26

A quem compete, conforme artigo 71 da Constituição Federal, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público?

- a. Controladoria Geral da União.
- b. Senado Federal, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c. Tribunal de Contas da União.
- d. Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e. Presidência da República, com auxílio do Congresso Nacional.

QUESTÃO 27

Para fins da avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, a norma contábil apresenta alguns termos.

- I. O critério de mensuração ou avaliação dos ativos obtidos a título gratuito e a eventual impossibilidade de sua valoração devem ser evidenciados em notas explicativas.
- II. As atualizações apuradas são contabilizadas em conta de resultado.
- III. A mensuração dos bens de uso comum será efetuada, sempre que possível, ao valor de aquisição ou ao valor de produção ou construção.
- IV. Quando houver deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, deve ser utilizado o valor de mercado.
- V. Na impossibilidade de se estabelecer o valor de mercado, o valor do ativo pode ser definido com base em parâmetros de referência que considerem características, circunstâncias e localização assemelhadas.

As definições a eles inerentes também figuram da norma, as quais devem ser relacionadas com a terminologia acima.

- () Intangível.
- () Disponibilidades.
- () Reavaliação.
- () Imobilizado.
- () Estoques.

Assinale a sequência **correta**.

- a. I, II, V, III, IV.
- b. III, II, V, I, IV.

- c. I, IV, V, III, I.
- d. III, II, IV, III, V
- e. I, II, III, V, IV.

QUESTÃO 28

No curso de qualquer apuração, o Tribunal de Contas determinará medidas cautelares sempre que existirem provas suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, o responsável possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar danos ao erário ou agravar a lesão ou, ainda, inviabilizar ou tornar difícil ou impossível a sua reparação.

Configurado o ato de improbidade, serão, portanto, adotadas medidas cautelares.

Qual medida **não** pode ser adotada?

- a. Sustação de ato impugnado ou suspensão de procedimentos.
- b. Demissão do servidor público.
- c. Afastamento temporário do titular do órgão ou entidade.
- d. Indisponibilidade de bens.
- e. Outras medidas inominadas de caráter urgente.

QUESTÃO 29

O artigo 74 da Constituição Federal explicita que:

“Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno [...]”

Qual finalidade **não** faz parte do sistema?

- a. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- d. Analisar Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e as Leis dos Créditos Adicionais.
- e. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

QUESTÃO 30

A atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

A partir do enunciado, analise as definições.

- I. A constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrentes da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.
- II. O ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.
- III. A soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condições de uso.
- IV. O valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Correlacione essas definições com a tipologia abaixo.

- () Valor de aquisição.
- () Mensuração.
- () Valor bruto contábil.
- () Avaliação patrimonial.
- () Redução ao valor recuperável.

Assinale a sequência **correta**?

- a. I, II, V, IV, III.
- b. IV, II, V, I, III.
- c. II, IV, III, I, V.
- d. IV, III, V, I, II.
- e. II, IV, I, III, V.

QUESTÃO 31

A Companhia Mato Grosso está realizando a construção de imóvel em terreno de sua propriedade. Na auditoria do imobilizado, com relação a essa construção, o que **não** representa um dos procedimentos de auditoria?

- a. Testes de depreciação.
- b. Exame de contratos.
- c. Inventário físico.
- d. Revisão analítica.
- e. Exame de folha de pagamento.

QUESTÃO 32

No que diz respeito à contabilização das subvenções governamentais, observadas as condições estabelecidas na NBC T 19.4, o que entende o auditor interno ser **correto**?

- a. As subvenções governamentais estão isentas do cálculo e recolhimento do Imposto de Renda.
- b. Subvenção governamental apenas excepcionalmente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando está de acordo com as regras de subvenções e cumpre determinadas obrigações.
- c. A subvenção governamental somente pode ser creditada ao patrimônio líquido quando for gratuita, ou seja, quando não existirem contrapartidas obrigacionais.
- d. Depois de atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica de passivo.
- e. Uma subvenção governamental poderá ser reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições pactadas contratualmente com o ente governamental.

QUESTÃO 33

Entre as Normas Profissionais do Auditor Independente consta a NBC P 1.8 – Utilização de Trabalhos de Especialistas.

Como o especialista deve estar contratado?

- a. Não pode ser contratado pela entidade auditada.
- b. Não pode ser empregado da entidade auditada.
- c. Deve ser contratado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado.
- d. Pode ser empregado do Auditor Independente.
- e. Não pode ser contratado pelo Auditor Independente.

QUESTÃO 34

São procedimentos de auditoria para obtenção da informação básica da despesa orçamentária.

- I. Realizar entrevistas com os que executam atividades, com os usuários das atividades, com os que gerenciam as atividades.
- II. Realizar entrevista com o órgão associativo dos empregados e com os responsáveis pelo Conselho Fiscal,

realizar entrevista com responsáveis pela Auditoria Interna.

- III. Solicitar ou consultar documentos internos usuais adotados nos estágios de programação, empenho, suprimento, liquidação, tomada de contas, pagamento e retroalimentação da despesa envolvendo planejamento, execução e avaliação.
- IV. Solicitar ou consultar legislação vigente que ampare o conjunto de despesas da entidade.
- V. Solicitar relatórios do Conselho Fiscal ou Conselho Curador e da Auditoria Interna.
- VI. Visitar as instalações físicas onde efetivamente acontecem os estágios da despesa.

Qual objetivo **não** faz parte desse conjunto de procedimentos da auditoria de despesa orçamentária?

- a. Obter informações genéricas sobre o ritual e o processamento da despesa orçamentária e o ambiente em que eles acontecem.
- b. Colher subsídios e mapear o fluxo para a eventualidade de necessitar replanejar as etapas.
- c. Detectar indicativos de deficiências.
- d. Identificar e analisar áreas prioritárias tanto do planejamento quanto da execução de despesas para examinar.
- e. Estudar e procurar interpretar a legislação e outros documentos básicos que regulam todos os estágios da receita e despesa orçamentária.

QUESTÃO 35

As informações que proporcionem a abordagem da auditoria governamental, quanto aos atos de gestão, fatos ou situações observados, no Relatório de Auditoria, devem reunir principalmente os seguintes atributos de qualidade.

- I. Concisão
- II. Objetividade
- III. Convicção
- IV. Clareza
- V. Integridade
- VI. Coerência
- VII. Oportunidade
- VIII. Apresentação
- IX. Conclusivo

Relacione as definições abaixo com as inerentes a esses atributos.

- () Assegurar-se de que os resultados da auditoria correspondam aos fins determinados.
- () Deve conter mensagem clara e direta, a fim de que o leitor entenda facilmente o que se pretendeu transmitir.
- () Assegurar-se de que a estrutura do relatório e a terminologia empregada permitam que as informações reveladas possam ser entendidas por quaisquer pessoas, ainda que não versadas na matéria.
- () O auditor governamental deve cuidar para que os assuntos sejam apresentados numa sequência lógica, segundo os objetivos do trabalho, de forma correta, isto é, em uma linguagem perfeita, isenta de erros ou rasuras que possam prejudicar o correto entendimento.
- () Relatar de tal modo que as evidências conduzam qualquer pessoa prudente às conclusões idênticas a que chegou o auditor.

Assinale a sequência **correta**.

- a. II, VI, I, VIII, V.
- b. VI, IV, I, VIII, IX.
- c. IX, VI, IV, VIII, III.
- d. IX, II, I, VIII, III.
- e. VI, II, IV, VIII, III.

QUESTÃO 36

Como se denomina o relatório com as sugestões para aprimoramento dos controles internos, resultante do trabalho do Auditor Independente?

- a. Carta de recomendações.
- b. Parecer interno de auditoria.
- c. Carta de conformidade.
- d. Parecer prévio do Auditor Independente.
- e. Carta de responsabilidade da administração.

QUESTÃO 37

Na aplicação dos procedimentos de auditoria, de que trata a NBC T 11, relativamente aos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os procedimentos técnicos básicos.

São definições desses procedimentos técnicos.

- I. Conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- II. Exame de registros, documentos e de ativos tangíveis.

- III. Obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- IV. Verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.
- V. Acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.

Qual é a ordem **correta** desses procedimentos técnicos?

- a. Revisão analítica – Investigação e confirmação – Inspeção – Observação – Cálculo.
- b. Revisão analítica – Cálculo – Inspeção – Investigação e confirmação – Observação.
- c. Cálculo – Inspeção – Investigação e confirmação – Revisão analítica – Observação.
- d. Investigação e confirmação – Cálculo – Revisão analítica – Observação – Inspeção.
- e. Cálculo – Revisão analítica – Investigação e confirmação – Inspeção – Observação.

QUESTÃO 38

A norma de supervisão e controle de qualidade da auditoria independente estabelece procedimentos e critérios relativos à supervisão e ao controle de qualidade, com ênfase no controle interno.

O Auditor Independente deve adotar requisitos para o controle de qualidade dos seus serviços.

Qual alternativa **não** é requisito para controle de qualidade?

- a. O pessoal designado deve ter o nível de independência e demais atributos definidos nas Normas Profissionais de Auditor Independente para ter uma conduta profissional inquestionável.
- b. No caso de o auditor atuar com a colaboração de assistentes, o controle de qualidade é inerente à qualificação profissional do auditor.
- c. O auditor deve planejar, supervisionar e revisar o trabalho em todas as suas etapas, de modo a garantir aos usuários de seus serviços a certeza razoável de que o trabalho seja realizado de acordo com as normas de controle de qualidade requeridas nas circunstâncias.
- d. O pessoal designado deve ter a competência e a habilidade profissionais compatíveis com o requerido no trabalho realizado.

- e. O trabalho de auditoria deve ser realizado por pessoal que tenha um nível de treinamento e de experiência profissional compatível com o grau de complexidade das atividades da entidade auditada.

QUESTÃO 39

Qual procedimento **correto** do Auditor, por ocasião da supervisão dos trabalhos da equipe técnica durante a execução da auditoria?

- Verificar anualmente a habilitação legal para o exercício da profissão e o cumprimento de, no mínimo, 30 (trinta) pontos em cada ano, do programa de educação profissional continuada.
- Resolver questões significativas da auditada quanto à correta aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- Avaliar se as conclusões obtidas são resultantes dos trabalhos executados e permitem fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- Obter evidências suficientes para identificar as partes relacionadas.
- Avaliar o planejamento e programa de auditoria antes do início e final dos trabalhos, mantendo inalterados os cálculos de materialidade, no geral e em relação a cada componente específico.

QUESTÃO 40

A atividade de auditoria fiscalizadora é exercida por auditores independentes; contadores das áreas financeira e tributária; fiscais de tributos; técnicos de controle externo; funcionários do controle governamental sobre instituições financeiras, empresas financiadas ou de atividade controlada; auditores internos das empresas em geral.

Qual o objetivo preponderante da auditoria fiscalizadora?

- Fiscalizar os elementos decorrentes das transações financeiras e seus registros.
- Examinar as transações patrimoniais e seus registros.
- Fiscalizar as transações sob as óticas financeira e patrimonial, bem como os registros dela decorrentes.
- Fiscalizar todas as contagens físicas.
- Examinar os controles internos da área financeira e administrativa.

QUESTÃO 41

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

- Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.
- O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- No caso de enriquecimento ilícito perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- Apenas o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

QUESTÃO 42

Atos Administrativos, aqueles que regulam uma quantidade indeterminada de pessoas que se encontram na mesma situação jurídica, classificam-se em:

- atos individuais.
- atos declaratórios.
- atos normativos.
- atos compostos.
- atos discricionários.

QUESTÃO 43

Acerca da Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa **incorreta**.

- Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

- c. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.
- d. Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- e. A centralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, ou seja, por intermédio dos inúmeros órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional.

QUESTÃO 44

Quanto ao ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Licença é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.
- b. Admissão é o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.
- c. Permissão é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.
- d. Autorização é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.
- e. Alvará é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

QUESTÃO 45

No tocante à destinação dos bens públicos de uso comum do povo, assinale a alternativa **correta**.

- a. São aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.
- b. São aqueles que se destinam à utilização geral pelos indivíduos, podendo ser federais, estaduais ou municipais.
- c. São aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

- d. São aqueles que não ostentam caráter tipicamente patrimonial e que, por isso mesmo, as pessoas a que pertencem não podem deles dispor.
- e. São os bens dominicais em geral, porque nem se destinam ao público em geral, nem são utilizados para o desempenho normal das atividades administrativas.

QUESTÃO 46

Quanto aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as proposições abaixo.

- I. Princípio republicano: relativo à organização dos Poderes.
- II. Princípio da separação dos poderes: relativo à forma de governo.
- III. Princípio federalista, da soberania e do Estado Democrático de Direito: relativos à existência, forma e tipo de Estado.
- IV. Princípio da cidadania, da dignidade das pessoas e do pluralismo político: relativos à vida política.

Com base na análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas III e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 47

Analisando as alternativas e assinale a **incorreta**.

- a. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- b. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- d. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- e. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para

prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação de autoridade policial.

QUESTÃO 48

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se algumas disposições.

- I. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- II. Investido no mandato de vereador, havendo ou não compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- III. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- IV. Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Em face das proposições acima, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas I e IV estão corretas.
- d. Apenas II e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 49

Analisar as alternativas e assinale a **correta**.

- a. A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- b. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- c. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado ou não por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- d. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até dez dias após a proclamação do resultado, concorrendo os três candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver

a maioria dos votos válidos.

- e. Se, nas hipóteses anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais jovem.

QUESTÃO 50

Analisar as alternativas e assinalar a **correta**.

- a. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- b. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema de maioria relativa, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c. As funções atípicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar.
- d. As funções típicas do Poder Legislativo são administrar e julgar.
- e. O Poder Legislativo Federal é unicameral e exercido pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 51

(Refrão)

Como beber/Dessa bebida amarga/Tragar a dor/Engolir a labuta/Mesmo calada a boca/Resta o peito/Silêncio na cidade/Não se escuta/De que me vale/Ser filho da santa/Melhor seria/Ser filho da outra/Outra realidade/Menos morta/Tanta mentira/Tanta força bruta... (Refrão) Como é difícil/Acordar calado/Se na calada da noite/Eu me dano/Quero lançar/Um grito desumano/Que é uma maneira/De ser escutado/Esse silêncio todo/Me atordoar/Atorreado/Eu permaneço atento/Na arquibancada/Prá a qualquer momento/Ver emergir/O monstro da lagoa...

(Refrão) Chico Buarque e Gilberto Gil – Cálice.

Analisar os itens que estabelecem relação entre a letra da música e a tributação do Estado.

- I. O Estado democrático não tem mais resquícios do período retratado na música. As leis são resultados de processo legal, estando revestidas de justiça e moralidade. Com isso, a tributação é o mecanismo de manutenção do poder.
- II. A tributação tem o condão de prover a manutenção do Estado, que se reverte em função da sociedade para promover o bem-estar social. Os gastos públicos têm relevante importância em razão da sociedade. Os freios e contrapesos são fundamentais para evitar engolir a labuta, acordar calado.

- III. A carga tributária pesando sobre os menos favorecidos acaba atordoando e mantendo essa parcela da sociedade na arquibancada.
- IV. O grito desumano não se coaduna com a tributação e em virtude de lei não se pode falar em injustiça social. Mesmo atordoada, a sociedade livremente escolheu seus representantes, não restando possibilidade de exigir que se evite o surgimento do monstro na lagoa.

De acordo com a análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e III estão corretas.
 b. Apenas I e IV estão corretas.
 c. Apenas II e IV estão corretas.
 d. Apenas II e III estão corretas.
 e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 52

Com relação aos impostos, taxas e contribuições sociais, assinale a alternativa **correta**.

- a. Os impostos são desvinculados das atividades estatais. Com isso sua aplicação não exige justificativa do poder público, ficando a cargo do dirigente as decisões a respeito da destinação desses recursos. Isso gera independência ao poder público, ficando irrestrita a sua aplicação, devido a sua desvinculação.
- b. As contribuições sociais estão diretamente ligadas à destinação da sua arrecadação. Tem entre suas principais finalidades a manutenção de recursos financeiros para o Tesouro Nacional.
- c. As taxas são espécies de tributo não vinculados a uma atividade estatal.
- d. Em função da desvinculação dos impostos, em respeito ao princípio da isonomia, sua quantificação é fixa.
- e. O poder de polícia e o serviço público são característicos das taxas, é um tributo contraprestacional com referência direta ao obrigado.

QUESTÃO 53

Texto I

“Na nova economia o conhecimento não é apenas um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção – trabalho, capital e terra – mas sim o único recurso significativo atualmente. [...] o fato de o conhecimento ter se tornado o recurso, muito mais do que apenas um recurso, é o que torna singular a nova sociedade”. (NONAKA E TAKEUCHI, 1997, p.5)

Texto II

“A função do auditor está envolvida numa grande responsabilidade social, e, por isso, necessita de total independência em relação ao objeto auditado, possibilitando que o trabalho de auditoria seja produto de análises imparciais, consequentemente resultando em trabalhos confiáveis, para que o trabalho de auditoria seja realizado com um maior grau de qualidade técnica. Portanto, o auditor precisa estar no auge de sua capacidade técnica, para determinar quais os procedimentos técnicos que deverão ser utilizados no decorrer dos trabalhos, a fim de fundamentar o seu parecer.” (Boletim Fiscal, SENAC, ano 2 – nº 8, julho/agosto de 2003)

Analise os textos propostos e relacione-os com a organização constitucional do direito tributário, assinalando a resposta **correta**.

- a. Os impostos, taxas e contribuições sociais estão previstos no ordenamento jurídico brasileiro. São termos puramente técnicos numa auditoria. Portanto, a auditoria assume um caráter informativo do ponto de vista legal, em virtude do princípio da legalidade.
- b. A organização constitucional do direito tributário tem caráter informativo, e será transformada em conhecimento, capaz de gerar efeitos transformadores na sociedade. Nesse processo, a auditoria tem papel relevante nesse processo.
- c. O auditor se apóia em aspectos unicamente objetivos no desenvolvimento da análise tributária, demonstrando imparcialidade.
- d. As limitações ao poder de tributar não são objeto de análise numa auditoria, por terem caráter puramente jurídico, cabendo ao poder judiciário analisar e verificar a validade dessas normas.
- e. O auditor deve buscar os interesses do Estado em relação ao contribuinte, demonstrando tecnicamente que na norma tributária deve prevalecer o poder público.

QUESTÃO 54

Com relação ao lançamento tributário, assinale a resposta **correta**.

- a. É requisito legal para exigibilidade do crédito tributário, que constem no ato de notificação do lançamento tributário do contribuinte os motivos para constituição do mesmo.
- b. Por ser um ato administrativo, revestido da presunção de legalidade, o Fisco não pode fornecer ao contribuinte as razões

de fato e de direito que o levaram à constituição do crédito. Não se pode alegar desconhecimento de lei, portanto, o contribuinte tem ciência dos motivos da constituição do crédito tributário.

- c. O contribuinte que desconhecer as causas ou motivos que levaram à lavratura do lançamento tributário pode alegar cerceamento de defesa, inclusive, podendo levar à anulação do crédito tributário.
- d. A liquidação do valor do tributo não depende da valoração jurídica do fato praticado pelo devedor.
- e. O contribuinte não tem o dever de informação para com o Fisco, em razão da responsabilidade ser exclusiva do último.

QUESTÃO 55

Com relação às funções dos tributos, analise as colocações.

- I. Os tributos têm a função de arrecadar recursos financeiros para o Estado.
- II. Ao Estado, em respeito à livre iniciativa, é vedada a utilização do seu poder de tributar para interferir na economia, deve buscar outros mecanismos para levar a termo tal interferência.
- III. Existem possibilidades de utilização dos tributos com finalidades fora do âmbito de arrecadação.
- IV. É defeso ao Estado utilizar-se dos tributos para desenvolver atividades alheias a sua competência específica.

Com base na análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e III estão corretas.
- b. Apenas I e IV estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas II e III estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 56

A partir da função do imposto líquido $T = t_0 + t_1$, onde $t_0 < 0$ e $t_1 > 0$, segue-se que, quando a renda aumenta, os recolhimentos tributários líquidos aumentam e o:

- a. superávit orçamentário governamental diminui.
- b. déficit orçamentário governamental aumenta.
- c. déficit orçamentário governamental diminui.
- d. superávit orçamentário governamental não se altera.

- e. déficit orçamentário governamental não se altera.

QUESTÃO 57

Os sistemas regulatórios vêm apresentando expressiva expansão nos últimos anos, em diferentes áreas de atuação estatal de diversos países que buscam crescimento econômico sustentável. A relevância de um bom modelo institucional de gestão da regulação estatal tem sido destacada diante da crescente necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão pública, de fortalecimento institucional e de capacidade de resposta às novas demandas surgidas na sociedade.

Analise as proposições a respeito da regulação de mercados.

- I. A regulação visa criar sistemas de competição em setores que tendem a funcionar sob o regime de monopólios naturais que provocam a existência de custos fixos importantes, grande proporção de investimentos inversíveis, gerando barreiras à entrada de novos investidores.
- II. A regulação visa corrigir a ocorrência de externalidades, como contaminação, utilização de recursos naturais e efeitos da poluição.
- III. Um aspecto que não precisa ser regulamentado pela regulação é a assimetria de informação.
- IV. Uma política adequada de regulação deve ter objetivos claros quantificáveis, tendo presente que regulação não é apenas fixar preços.

Com base na análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I está correta.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas I, II e III estão corretas.
- d. Apenas I, II e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 58

A política monetária e a política fiscal diferem, essencialmente, pelo seguinte fato:

- a. a política monetária trata dos recursos totais arrecadados e dos gastos pelo governo, enquanto a política fiscal trata das taxas de juros e da liquidez da economia.
- b. a política monetária procura estimular ou desestimular as despesas de consumo e de investimento, por parte das empresas e

das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas mediante a tributação e os gastos públicos.

- c. a política fiscal procura estimular ou desestimular as despesas de investimento e de consumo, por parte das empresas e das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política monetária funciona diretamente sobre as rendas por meio da tributação e dos gastos públicos.
- d. não há, essencialmente, diferença entre as duas, uma vez que os objetivos e as técnicas de operações são os mesmos.
- e. a diferença essencial está no papel alocativo da política fiscal e no papel distributivo da política monetária.

QUESTÃO 59

A carga tributária de um país é considerada progressiva quando:

- a. onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de maior poder aquisitivo.
- b. onera todos os segmentos sociais na mesma proporção.
- c. onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de menor poder aquisitivo.
- d. é realizada, principalmente, por meio de impostos incidentes sobre a produção industrial.
- e. é realizada, principalmente, por meio de impostos incidentes sobre a comercialização da produção.

QUESTÃO 60

Em relação às finanças públicas, assinale a alternativa **correta**.

- a. O imposto sobre produtos industrializados (IPI) pode ser caracterizado como imposto direto.
- b. Em períodos de inflação, um imposto regressivo sobre a renda contribuiria para frear a expansão da renda disponível e, em consequência, do consumo do setor privado.
- c. Se a alíquota de um imposto sobre vendas não variar segundo o produto vendido, esse imposto será progressivo, do ponto de vista da renda do consumidor.
- d. No cálculo do déficit público, segundo o conceito primário, excluem-se as despesas com correção monetária.

- e. O conceito de déficit primário exclui os juros reais da dívida passada.

QUESTÃO 61

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Qual alternativa contempla autoridades **não** integrantes de quaisquer dos conselhos?

- a. Vice-Presidente da República.
- b. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c. Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- d. Governadores das Unidades Federativas.
- e. Ministros da Justiça, de Estado da Defesa, do Planejamento e das Relações Exteriores.

QUESTÃO 62

A Constituição de 1988 traz em seu artigo 1º - "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros.

- I. A soberania
- II. A cidadania
- III. A dignidade da pessoa humana
- IV. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- V. O pluralismo político".

Não é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a. construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c. manter o pluralismo político.
- d. garantir o desenvolvimento nacional.
- e. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

QUESTÃO 63

Sentencia Oliveira:

“No processo da reforma da administração pública brasileira foram definidos alguns setores do aparelho estatal”.

- I. O núcleo estratégico, responsável pela elaboração de leis, pela definição das políticas públicas e pelo seu respectivo cumprimento, como se exemplifica: atividade legislativa, jurisdicional e político-administrativa exercida pela alta cúpula do Executivo.
- II. Atividades exclusivas, a envolver atividades em que a presença do Estado é fundamental, seja por imposição constitucional, seja pela necessidade do exercício do poder de autoridade, como se exemplifica: atividade de polícia, de regulação, serviços públicos etc.
- III. Serviços não exclusivos são aqueles prestados para a coletividade e que não exigem o poder de autoridade do Estado, razão pela qual podem ser prestados pelo setor privado e pelo setor ‘público não estatal’, como se exemplifica: saúde, educação etc.
- IV. Setor de produção de bens e serviços para o mercado, que envolve as atividades econômicas lucrativas, como se exemplifica: empresas estatais.

Analise essas assertivas e assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas II está correta.
- c. Apenas II e III estão corretas.
- d. Apenas I, III e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 64

De acordo com Fuhrer, “O direito público compõe-se predominantemente de normas imperativas inafastáveis”.

Qual alternativa **não** é contemplada na classificação do direito público?

- a. Direito Ambiental – Direito Administrativo – Direito Constitucional.
- b. Direito Eleitoral – Direito Tributário – Direito Processual Penal.
- c. Direito Administrativo – Direito Penal – Direito Ambiental.
- d. Direito Processual Penal – Direito Civil – Direito Administrativo.
- e. Direito Processual Civil e Penal – Direito Ambiental – Direito Eleitoral.

QUESTÃO 65

A Lei nº 9.790/99 conferiu às entidades privadas que não exerçam atividades lucrativas e desempenhem atividades especialmente citadas em lei como a qualificação de OSCIP.

Uma vez qualificada, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público pode firmar Termo de Parceria com o Poder Público, com o estabelecimento de programas de trabalho e poderá receber recursos orçamentários do Estado.

Qual cláusula **não** é essencial no Termo de Parceria?

- a. Obrigatoriedade de Auditoria Externa Independente.
- b. Prestação de contas periódica.
- c. Objeto do ajuste: programa de trabalho proposto pela OSCIP.
- d. Critérios objetivos para avaliação de desempenho.
- e. Estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma.

QUESTÃO 66

A Companhia Matogrossense de Seguros, da qual o Governo do Estado de Mato Grosso é possuidor da maioria do capital social com direito a voto, informa ao seu acionista majoritário que lhe foram atribuídos R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) em dividendos. Acrescenta, ainda, que 80% (oitenta por cento) destes dividendos deverão ser reaplicados na Companhia como aumento de capital, em cumprimento à legislação.

Como deve ser classificada a receita e qual o valor **correto** a ser escriturado?

- a. Receita Patrimonial: R\$ 7.500.000,00.
- b. Receita Tributária: R\$ 1.500.000,00.
- c. Receita Patrimonial: R\$ 6.000.000,00.
- d. Receita Tributária: R\$ 7.500.000,00.
- e. Receitas Diversas: R\$ 6.000.000,00.

QUESTÃO 67

Os créditos suplementares e especiais somente podem ser abertos havendo recursos disponíveis para ocorrer a despesa. Como exemplo, tem o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

O que se entende por superávit financeiro de acordo com a legislação em vigor?

- a. O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- b. O maior valor entre os saldos do ativo financeiro e do passivo financeiro, inclusive os créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- c. A variação observada entre todas as receitas e despesas previstas consignadas no orçamento.
- d. O produto da arrecadação de receitas que, por determinação legal, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.
- e. A diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugados os saldos de créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

QUESTÃO 68

O Governo do Estado, em 14 de novembro de 2009, recebeu os materiais de consumo, contratados, em 25 de setembro de 2009, com o fornecedor Cia. Matogrossense de Papéis, por meio da Nota de Empenho nº 1411/2009, no valor de R\$ 397.000,00, para pagamento com 30 dias de prazo.

Qual a alternativa **correta**, relativamente aos sistemas que tiveram lançamentos contábeis de débito/crédito?

- a. Financeiro – Patrimonial – Compensação.
- b. Financeiro – Patrimonial – Orçamentário.
- c. Financeiro – Patrimonial.
- d. Patrimonial – Orçamentário – Compensação.
- e. Financeiro – Patrimonial – Orçamentário – Compensação.

QUESTÃO 69

Para fins do disposto na Constituição Federal, o artigo 19, da Lei Complementar nº 101/2000, regulamenta que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de receita corrente líquida.

Nos Estados esse limite é de 60% (sessenta por cento).

Quais as despesas incluídas nesse limite?

- a. De indenização, por demissão de servidores ou empregados.
- b. Com pagamento de servidores da ativa, inclusive o décimo terceiro salário.

- c. Relativas a incentivos de demissão voluntária.
- d. Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação da contribuição de segurados.
- e. Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º, do art. 18, da LC nº 101/2000.

QUESTÃO 70

O compromisso financeiro assumido pelo Governo do Estado de Mato Grosso em razão de contrato de mútuo é considerado de _____.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** o enunciado.

- a. dívida pública fundada.
- b. dívida pública mobiliária.
- c. refinanciamento da dívida mobiliária.
- d. operação de crédito.
- e. dívida pública consolidada.

QUESTÃO 71

Integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Qual documento **não** contempla o Anexo de Metas Fiscais?

- a. Avaliação do cumprimento das metas relativas aos três exercícios anteriores.
- b. Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- c. Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- d. Avaliação da situação financeira e atuarial: dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do FAT; e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.
- e. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

QUESTÃO 72

O que **não** constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas?

- a. Deixar de divulgar ou enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidas em lei.
- b. Propor lei de diretrizes orçamentárias anuais que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- c. Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- d. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que tenha sido previamente empenhada.
- e. Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

QUESTÃO 73

Os crimes contra as finanças públicas não excluem o seu autor da reparação civil do dano causado ao patrimônio público.

Isto posto, considere individualmente as **infrações**.

- I. Realizar despesa ou assumir obrigação que contrarie a lei.
- II. Criar, majorar ou estender benefício ou serviço relativo à seguridade social que contrarie a lei.
- III. Não obter o resultado primário necessário para recondução da dívida aos limites.
- IV. Aplicar disponibilidade de caixa em desacordo com a lei.
- V. Inscrever, em restos a pagar, despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido na lei.

Identifique as **Penalidades/Sanções** decorrentes das infrações supracitadas.

- () Detenção de seis meses a dois anos.
- () Multa de 30% dos vencimentos anuais.
- () As despesas serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público; reclusão de um a quatro anos.
- () Cassação do mandato.
- () Reclusão de um a quatro anos.

Qual a ordem **correta** das penalidades/sanções correspondentes às infrações?

- a. II, III, I, IV, V.
- b. IV, V, II, I, III.

- c. V, III, I, IV, II.
- d. III, V, II, I, IV.
- e. IV, III, I, V, II.

QUESTÃO 74

A fiscalização da gestão fiscal compete ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizando o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000, conforme art. nº 59.

Assinale a alternativa **correta** que contempla essa fiscalização.

- a. Conferência dos lançamentos contábeis de que trata a Lei 4.320/64; atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; verificação do balancete.
- b. Limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos art. 22 e 23; conferência dos lançamentos contábeis de que trata a Lei 4.320/64.
- c. Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos art. 22 e 23; exame da escala de férias do pessoal lotado no órgão; verificação do balancete.
- d. Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites; limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- e. Limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; exame da escala de férias do pessoal lotado no órgão.

QUESTÃO 75

O Plano de Contas Único é utilizado pela Contabilidade Pública para toda a Administração Governamental.

O que a estrutura do Plano de Contas **não** visa?

- a. Possibilitar o uso de um sistema único para proceder ao processamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

- b. Padronizar o nível de entradas e saídas de dados dos Órgãos da Administração Direta e Indireta.
- c. Facilitar a extração de relatórios, tanto para a análise gerencial, como para cumprir com as exigências dos Órgãos de Controle Interno e Externo.
- d. Realçar o Patrimônio e suas variações, colocando as contas típicas de controle no grupo do compensado, propiciando o conhecimento adequado da situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira de cada unidade.
- e. Criar novos grupamentos para os casos fortuitos, tais como enchentes, incêndios, vendaval etc.

Observe os dados que seguem.

CONTAS	(R\$ 1,00)
Adiantamentos a fornecedores	130.000
Adiantamentos ao pessoal	75.000
Aplicações financeiras	330.000
Bancos conta movimento.....	125.000
Bens imóveis	265.000
Bens móveis	69.700
Caixa	5.000
Direitos e Obrigações Contratuais .	400.000
Direitos e Obrigações Contratuais..	400.000
Fornecedores	40.000
Garantias de valores	300.000
Garantias de valores	300.000
INSS a recolher	19.500
IRRF a recolher	6.000
Patrimônio	250.000
Pessoal a pagar	65.000
Provisão para férias	49.500
Provisão para o 13º salário	47.500
Restos a pagar	29.500
Salário-família	300
Títulos e valores sob responsabilidades	300.000
Valores sob responsabilidades	300.000

Com base nos dados acima, responda às questões de 76 a 80.

QUESTÃO 76

Considerando os dados acima, qual o valor do passivo financeiro?

- a. R\$ 257.000.
- b. R\$ 1.000.000.
- c. R\$ 160.000.
- d. R\$ 2.000.000.
- e. R\$ 460.300.

QUESTÃO 77

Considerando os dados acima, qual o valor do resultado patrimonial?

- a. R\$ 1.507.000.
- b. R\$ 493.000.
- c. R\$ 250.000.
- d. R\$ 1.000.000.
- e. R\$ 653.000.

QUESTÃO 78

Considerando os dados acima, qual o valor do passivo real?

- a. R\$ 257.000.
- b. R\$ 2.000.000.
- c. R\$ 1.000.000
- d. R\$ 600.600.
- e. R\$ 793.000.

QUESTÃO 79

Considerando os dados acima, qual o valor do superavit financeiro?

- a. R\$ 505.300.
- b. R\$ 300.300.
- c. R\$ 600.300.
- d. R\$ 665.300
- e. R\$ 1.000.000.

QUESTÃO 80

Considerando os dados acima, qual o valor do ativo financeiro?

- a. R\$ 665.300.
- b. R\$ 460.000
- c. R\$ 460.300.
- d. R\$ 600.300.
- e. R\$ 1.000.000.